

• LÍNGUA E
LINGUÍSTICA

A ARGUMENTAÇÃO NOS MANIFESTOS: “NHENGAÇU VERDE-AMARELO” E “POESIA PAU-BRASIL”

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino*
Ana Luísa Feiteiro Cavalari Lotti**

Resumo: A proposta deste trabalho é tratar dos manifestos nacionalistas, veiculados pela mídia impressa, à época subsequente à Semana de Arte Moderna de 1922, para identificar as estratégias argumentativas adotadas por duas das correntes manifestantes antagônicas na organização de seus discursos: “Nhengaçu Verde-Amarelo” e “Poesia Pau-Brasil”. Busca-se conhecer de que modo esses dois grupos que discutem o nacionalismo sob diferentes perspectivas ideológicas demarcaram suas posições. Das teorias da argumentação, retomam-se, especialmente, as posições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Plantin (2008).

Palavras-chave: Argumentação. Manifestos nacionalistas. Dialogismo.

INTRODUÇÃO

E vivemos uns oito anos, até perto de 1930, na maior orgia intelectual que a história artística do país registra (ANDRADE, 1942, p. 32).

■ **S**abemos que, de modo subsequente à Semana de Arte Moderna de 1922, iniciou-se um movimento cultural caracterizado por ampla produção artística e pela necessidade de encontrar novas posições e demarcá-las. Esse movimento foi denominado “primeira fase do Modernismo ou fase heroica” e estendeu-se até o início da década seguinte. Nesse período, surgem dois grupos antagônicos que, por meio de manifestos publicados na mídia impressa da época, acabam por discutir questões concernentes ao nacionalismo, talvez a mais marcante característica dessa primeira fase.

* Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: ziaquino@usp.br

** Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP – Brasil. E-mail: analucavalari@yahoo.com.br

Em 18 de março de 1924, no jornal *Correio da Manhã*, Oswald de Andrade publicou o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, no qual enfatiza a criação de uma poesia baseada na revisão crítica do passado histórico brasileiro e na valorização da pluralidade cultural do país. Posteriormente, em 1926, um grupo formado por Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo reage ao que denominam o “nacionalismo afrancesado” de Oswald de Andrade, criando o “Verde-Amarelismo”, que propunha um nacionalismo primitivo, mais ufanista. Em 1927, esse grupo se transformaria na Escola da Anta. No mesmo ano, em 24 de fevereiro, Oswald de Andrade publicou, em sua coluna semanal “Feira de Quintas” no *Jornal do Commercio*, um artigo de opinião intitulado “Antalogia”, uma clara e irônica alusão à “Escola da Anta”; este fato acirra o debate ideológico entre os dois grupos.

Em resposta, foi publicado no jornal *Correio Paulistano*, de 17 de maio de 1929, o “Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo” (Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta), assinado por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, que toma como símbolos de nacionalidade o índio tupi e a anta. Essas publicações dão-nos a dimensão do que foi esse período em termos de posicionamentos, de demarcação de posturas ante a sociedade e a vida literária e intelectual de São Paulo que repercutiu no restante do país.

Destacamos a extensão desses documentos que constituem nossos *corpora*: o Manifesto Pau-Brasil compõe-se de 4,3 laudas e o Manifesto do Verde-Amarelismo de 5,3 laudas. Trata-se de documentos longos e que, por isso, não serão anexados, podendo ser consultados a partir da fonte de que foram extraídos: Teles (1976). Analisaremos excertos representativos do que buscamos expor.

Propomo-nos a tratar da configuração do gênero discursivo manifesto, tendo em vista a importância histórica e cultural dos dois manifestos selecionados – eles delinearão identidades, marcaram um posicionamento motivador de desdobramentos políticos. De fato, de um deles surgiu o Movimento Antropofágico, um dos maiores e mais importantes movimentos artísticos brasileiros, e do outro, o Movimento Integralista, caracterizado por posições de direita e fortemente marcado pelo ideário fascista.

Nosso objetivo, entretanto, vai muito além de pontuar posturas nacionalistas distintas, de direita e de esquerda; importa-nos identificar o modo particular de formulação dos enunciados de cada grupo, no que concerne às estratégias de ataque ao oponente e de persuasão dos leitores, tendo em vista que se processa um diálogo intenso entre esses discursos publicados de modo subsequente, que encaminham para uma interação contundente. Nesse sentido, entendemos que os gêneros discursivos são dialéticos e que sua constituição e funcionamento são apreendidos na interação social. Consideramos, ainda, que o homem e a organização sociocultural podem ser compreendidos por meio das formas textuais e que as mudanças nas práticas sociais são refletidas pelos gêneros discursivos e refletem-se neles.

Aspectos linguísticos e estruturais mesclam-se ao suporte, ao ambiente em que os discursos, no caso os manifestos, foram veiculados. Assim é que a mídia impressa desempenhou papel de extrema importância, determinante para o debate que se estabeleceu na sociedade. Importa ressaltar que a circulação dos jornais em que foram veiculados os manifestos era restrita ao Estado de São Paulo, berço de todo o Movimento Modernista e que, por isso, seus autores conheciam bem o auditório a quem destinavam suas publicações – interlocutores sensíveis à discussão que se instaurava.

CONFIGURAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO MANIFESTO

O gênero manifesto, embora amplamente difundido, ainda é pouco estudado pelos analistas do discurso brasileiros. Consiste em um texto de natureza argumentativa e, portanto, persuasiva; é uma declaração pública de princípios e intenções, e destina-se a demarcar um posicionamento, fazer uma denúncia ou conclamar um auditório para determinada ação. Possui estrutura relativamente livre, porém alguns pontos o definem, a saber: um título, a(s) tese(s), a sequência argumentativa, a demarcação de autoria, a espacialidade e a temporalidade, apresentando-se como expressão ou impressão, denúncia ou conclamação diante de aspectos pontualmente destacados sócio-historicamente.

Dado o caráter argumentativo dos textos que tiveram na mídia – embora restrita em termos de divulgação, porém ajustada à época – a aliada no cumprimento de suas finalidades, os manifestos estudados levam-nos a observar o quanto a prática da argumentação permite mudar o contexto (AQUINO, 1997), criando um novo, a partir de denúncias e de conclamações, a fim de que se proceda a mudanças que, no caso, foram visualizadas nas artes, nas letras, na cultura de um modo geral, na política, na sociedade. Essa constatação leva-nos a buscar os elementos de persuasão que, certamente, foram estratégicos em termos de sua seleção.

Se tomarmos de Plantin (2008) a concepção de argumentação, temos que argumentar constitui-se na possibilidade de interagir a partir da seleção de argumentos que levem o interlocutor a alcançar a conclusão almejada em relação a uma tese a partir de comportamentos esperados. Para tanto, ainda, em consonância com o autor, dois elementos são essenciais: um argumento e uma conclusão. O que determina a eficiência de uma argumentação, ressalta Plantin (2008), é o fato de ela conseguir alcançar a adesão, ou seja, despertar os interlocutores para a ação visada ou, pelo menos, suscitar entre eles a disposição para uma ação também determinada. Nesse sentido, a argumentação deve vincular-se à ação, à tomada de decisão.

Ao analisarmos os discursos, podemos localizar os argumentos de maneira isolada, mas antes de estudá-los analiticamente, ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é necessário entendê-los como um todo, pois esses elementos estão em constante interação. Tal interação ocorre em diversos planos, a saber: entre os diversos argumentos e o conjunto da situação argumentativa, entre os argumentos e sua conclusão, e entre os argumentos presentes no discurso e aqueles que têm o discurso por objeto. Retomamos, ainda desses estudiosos, o tratamento que dão à importância de conhecer aqueles a quem se quer persuadir. Trata-se de condição *sine qua non* para a condução de qualquer argumentação que queira ser eficaz. Se não for possível conhecer totalmente os interlocutores, será necessário presumir quem possam ser do modo o mais próximo possível do real.

O PAPEL DA ARGUMENTAÇÃO E DO CONTEXTO NOS MANIFESTOS

O contexto sócio-histórico-cultural em que esses manifestos estão inseridos é marcado por profundas transformações. No âmbito mundial, no período compreendido entre os anos de 1920 a 1930, ocorreram transformações econômicas,

políticas e sociais que afetaram o Brasil. Candido (1985) relembra que o operariado realizou grandes greves nos anos de 1917 a 1920, em São Paulo; no Rio, ocorreram, em 1922, a fundação do Partido Comunista e, em seguida, a criação da “Coluna Prestes”. O *crack* da bolsa de Nova York em 1929 levou ao colapso da economia no Brasil que enfrentou a crise do café. No campo político, o país passou por um momento revolucionário que resultou no fim da “República Velha”, e a Revolução de 1930 conduziu Getúlio Vargas ao poder.

O espírito revolucionário do período afetou diretamente a literatura que, ainda sob o efeito da grande euforia causada pela Semana de Arte Moderna de 1922, passou a produzir uma série de manifestos, artigos de opinião e revistas de vida efêmera: eram grupos em busca de definição. Em referência à primeira fase do Modernismo, afirma Mello e Souza (1998, p.153):

O período que vai de 1917 a 1931 – repetimos – é pois de conquistas da vanguarda, de pregação teórica ininterrupta, de revisões feitas através das pequenas revistas de vida efêmera, das polêmicas nos jornais, dos manifestos, das exposições.

Dos anos de 1920 até 1930, ocorre o decênio mais radical de todo o Movimento Modernista que se caracterizou, nessa primeira fase, principalmente pela ruptura com o passado, o radicalismo e o caráter destruidor como nos apresenta Mário de Andrade (2002, p. 263): “Embora lançando inúmeros processos e idéias novas, o modernista foi essencialmente destruidor”. Em outro excerto da mesma obra, o autor apresenta o que ele denomina “caráter fundamental” da nova realidade que o Movimento Modernista impôs: a destruição da atualidade que causou profundas transformações na realidade brasileira. Para Mário de Andrade (2002, p. 266), o que tornou possível a realização do Movimento Modernista foi a “fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional”.

O que Mário de Andrade afirma ser a “estabilização de uma nova consciência nacional”, Bosi (2003, p. 216) define como a visão de um “Brasil como um mito enorme, profético, de que seriam símbolos seminais os totens amazônicos”. À luz de um Brasil lúdico e surreal a que se refere Bosi (2003), surgem os dois grupos antagônicos, o da “Poesia Pau-Brasil” e o do Movimento Verde-Amarelista, ou Escola da Anta. Os verde-amarelos, como eram chamados, formaram a vertente mais conservadora do Movimento Modernista, pois acreditavam que o Brasil só se tornaria de fato moderno se rompesse radicalmente com toda herança cultural estrangeira. Esse movimento dividiu-se em 1930, fundando dois movimentos distintos: o Integralismo e o Bandeirismo. Por sua vez, o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” inaugura a linha ideológica que culmina no “Manifesto Antropofágico”, publicado pelo grupo constituído por Oswald de Andrade, Raul Bopp e Tarsila do Amaral.

Nunes (1993) observa que as manifestações desses grupos ocorriam quer no aspecto estético, quer no filosófico ou ideológico, sendo fundamental a tomada de posição ante as mudanças que aconteciam no mundo. Cabe à “arte o paradoxal apelo da utopia, promessa não apenas de felicidade, mas de uma vida nova e de um homem novo, para além da história de que irromperiam” (NUNES, 1993, p. 79). É preciso posicionar-se como “moderno” e “no Brasil”. Nessa direção, surge o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” que defende a criação de uma

poesia baseada na revisão crítica do passado histórico e na valorização da pluralidade cultural brasileira.

Surge, em contrapartida, o Movimento “Verde-Amarelismo”, que propunha um nacionalismo ufanista e primitivo, acusando Oswald de Andrade de defender um “nacionalismo afrancesado”. Pode-se entender a seleção específica dessa expressão que caracteriza negativamente o Movimento Pau-Brasil, sugestivo de que ele nada tinha de brasileiro, pois copiava a França. Busca-se a descaracterização, a desqualificação do outro, localizando-se aí uma estratégia argumentativa.

Oswald de Andrade reage e, ao publicar o artigo *Antalogia*, acirra ainda mais o debate ideológico entre os grupos antagônicos. Observa-se, pelo título, a criação de um neologismo que, ao mesmo tempo, evidencia a alusão ao grupo opo-sitor e encaminha à compreensão de que se trate de uma formulação irônica. A alusão e a ironia mesclam-se e, utilizadas estrategicamente, cumprem a função discursiva de instigarem a polêmica, de levarem ao embate. De fato, embora não prontamente, a “Escola da Anta” lança, via outro periódico, o “Manifesto Nhen-gaçu Verde-Amarelo” (Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta), com a proposta de evidenciar a nacionalidade. Para tanto, estrategicamente, toma por símbolo o índio tupi e a anta, elementos naturais na terra brasilis, em oposição ao que é estrangeiro.

A ARGUMENTAÇÃO NO “MANIFESTO DA POESIA PAU-BRASIL”

A primeira consideração digna de nota acerca desse manifesto é que ele evidencia a preocupação do autor em apresentar o que acreditava ser a nova estética de uma poesia genuinamente brasileira; assim, sua temática volta-se à sua concepção sobre poesia nacional. Constrói seu discurso em defesa da valorização do que é nosso, e isso se faz a partir da asserção que apresenta na primeira linha do manifesto e que corresponde à tese que irá defender: “A poesia existe nos fatos”. Em seguida, Oswald de Andrade apresenta o que compreende por “fatos” em termos poéticos e prossegue definindo-os: “Os casebres de açafão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos” (linhas 1-2).

No que concerne à argumentação, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a definição constitui uma figura de caracterização. Ao se definir, cria-se um quadro de referência para que se avalie o que está em discussão. Nesse sentido, é estratégico, pois corresponde à verdade que se quer da realidade. Oswald de Andrade segue compondo, constituindo, definindo quem somos a partir do que temos: “O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça. A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança” (linhas 3-5).

O poeta prossegue estruturando seu manifesto por meio de frases nominais, próprio de uma poesia. Ele compõe o todo que constitui o que é brasileiro, reunindo suas partes – etnia, religião, arte, riquezas do solo etc. Trata-se do uso das figuras de estilo que são próprias da linguagem poética, mas são aqui utilizadas estrategicamente como elementos persuasivos do discurso. A escolha lexical remete a imagens – “A poesia Pau-Brasil é uma sala de jantar de gaiolas, um sujeito magro compondo uma valsa para flauta e a Maricota lendo o jornal” (linhas 93-95) –, ritmo e sonoridade que afloram, por exemplo, do paralelismo e da estrutura em versos:

A síntese
O equilíbrio
O acabamento da carrosserie
A invenção
A surpresa
Uma nova perspectiva
Uma nova escala (linhas 63-69).

Esses elementos nos permitem afirmar que se trata de um manifesto sobre poesia, construído em linguagem poética e mais assemelha-se, fortemente, a um tipo de construção “moderna”, tendo em vista a opção pelo uso de frases nominais prototípicas da poesia modernista: “O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar. Pau-Brasil” (linhas 105-106). As frases são curtas, há ausência de operadores discursivos e, quando ocorrem, fazem incidir a parataxe. A presença de pontuação é marcante em todo o texto: “Não há luta na terra de vocações acadêmicas. Há só fardas. Os futuristas e os outros” (linhas 35-36).

O único operador argumentativo em todo o texto e utilizado apenas uma vez foi “mas”. Ele inicia a frase, chama a atenção por isso e marca a ideia de contra-junção. É o ápice em termos do marco de mudança: “Mas houve um estouro nos aprendimentos. Os homens que sabiam tudo se deformaram como borrachas sopradas. Rebentaram” (linhas 17-18).

Segundo Oswald de Andrade, uma poesia verdadeiramente brasileira deveria ser entendida do seguinte modo:

A Poesia Pau-Brasil, ágil e cândida. Como uma criança (linha 27). A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica (linha 33). Ser regional e puro em sua época (linha 100). A reação contra todas as indigestões de sabedoria. O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna (linhas 105-106).

O escritor desconstrói o que existia e apresenta, às vezes de imediato como no excerto a seguir, de que modo se deve construir o presente poético:

O trabalho contra o detalhe naturalista – pela síntese; contra a morbidez romântica – pelo equilíbrio geométrico e pelo acabamento técnico; contra a cópia – pela invenção e pela surpresa. Uma nova perspectiva (linhas 71-74).

O que se apresenta nesse excerto é característico de todo o Manifesto Pau-Brasil: a questão é temporal; há um jogo entre o antes e o agora, o velho e o novo que corresponde ao fio condutor de todo esse discurso. A proposta é de total mudança na postura estética, artística.

Evidenciamos, pelo exposto, que o Manifesto Pau-Brasil corresponde à preocupação específica em torno daquilo em que deveria consistir a poesia genuinamente brasileira, marcando sua posição em meio aos poetas daquela fase. Seu ideário era, assim, estético. Sua concepção apresentava os “símbolos nacionais” por meio da nomeação de alguns elementos que os constituíam e por trazer à memória dos leitores aquilo que eles conheciam e reconheceriam como seus símbolos, sem discutir propriamente o nacionalismo brasileiro. Sabemos, entretanto, que a réplica a seu manifesto, produzido pelo Grupo da Anta, alterou sua postura que passou a ser, mais marcadamente, também política.

O tratamento que Oswald de Andrade dá ao tema e o modo como apresenta seus argumentos em defesa dos elementos constitutivos do fazer poético permitem detectar valores que ele defende como ideais, que ele sabe não serem só dele, mas dos brasileiros. Nacionalismo constitui um elemento do léxico não utilizado nesse manifesto, mas que pode bem ser compreendido, ao se tomar esse discurso como um todo. Importa, ainda, lembrar que, além de toda a relevância em termos do que representa o Manifesto Pau-Brasil para a literatura brasileira, ressalta-se o fato de que sua publicação motivou intensa discussão sobre nacionalismo entre os grupos Pau-Brasil e Anta.

A ARGUMENTAÇÃO NO “NHENGAÇU VERDE-AMARELO” (MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO OU DA ESCOLA DA ANTA)

O Manifesto Verde-Amarelista funda-se no desacordo em relação ao Manifesto Pau-Brasil; por essa razão, a organização do discurso se processa em função desse ponto para o qual convergem os argumentos selecionados e o modo de apresentá-los. Sua composição constitui-se de uma estrutura que corresponde a um gênero típico da ordem do argumentar e apresenta uma formulação em que se detecta a presença significativa da parataxe, como se pode observar a seguir:

O tapuia isolou-se na selva, para viver; e foi morto pelos arcabuzes e pelas flechas inimigas. O tupi socializou-se sem temor da morte; e ficou eternizado no sangue da nossa raça. O tapuia é morto, o tupi é vivo (linhas 25-27).

A hipotaxe, entretanto, tem seu lugar garantido pela presença de vários segmentos indicativos de finalidade (para) e de relações lógicas de causa e consequência (porque): “O mameluco voltou-se contra o índio, para destruir a expressão formal, a exterioridade aborígene; porque o que há de interior no bugre subsistirá na alma do mameluco” (linhas 28-30).

A seleção lexical (“socializou-se/ficou eternizado”) e a sintaxe cuidada demarcam a norma urbana culta do referido manifesto. Isso se ajustava ao seu propósito, pois não se tratava de produção a ser veiculada entre o povo, mas destinada a intelectuais, como eles, seus produtores, de quem tentavam obter adesão à sua tese. Há uma interação, um diálogo entre os discursos nos manifestos que pode ser evidenciado por parte do Manifesto da Escola da Anta, com o que entendemos por alusões ao “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” e ao seu autor. O contraponto se dá a partir do que esse grupo entende por “nacionalismo” e “identidade nacional”, destacando do outro manifesto aquilo que não deve ser aceito.

Toda a referência feita por Oswald é entendida pelo Grupo da Anta não como essencialmente nacional, mas como importada dos europeus. Assim, os “cubos de arranha-céus” referidos, diziam eles, são construídos com uma visão arquitetônica importada, “a reza” e “carnaval” são heranças do catolicismo, há uma visão estrangeira de nossa “hospitalidade” e o “Sabiá”, embora seja uma ave brasileira, já foi tema da poesia “Canção do exílio” de Gonçalves Dias e corresponde, pois, a uma visão de um exilado sobre um símbolo nacional; além disso, reportam-se ao pau-brasil, que é nosso, mas que foi um “produto” amplamente explorado pelos colonizadores, constituindo a primeira “mercadoria” extraída de nossas terras e já quase extinto no século XX.

Ao agir discursivamente desse modo, o Grupo da Anta procede ao uso da estratégia argumentativa da negação, da desvalorização do que foi exposto por Oswald de Andrade. Trata-se da negação do dito e que ocorre de modo constante, reiteradas vezes, o que constitui outra estratégia que se associa à igual e anterior, e, assim, fortalecem o discurso em busca da persuasão dos leitores. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o uso da negação do dito do outro constitui a refutação do discurso do interlocutor, e esse foi o modo que buscaram para fortalecer o próprio discurso. No caso, interessa a esse grupo a não aceitação do posicionamento, da concepção do outro grupo representado por Oswald de Andrade. Esse é, de fato, o eixo central do discurso no Manifesto do Verde-Amarelismo e pode ser localizado em várias passagens do documento, entre as quais destacamos: “Todas as formas do jacobinismo na América são tapuias, jacobinismo quer dizer isolamento, portanto desagregação, o nacionalismo tupi não é intelectual. É sentimental” (linhas 33-37).

Esse segmento apresenta-se pleno em termos de seleção lexical em que os elementos remetem ao que o outro manifesto propõe, segundo compreensão do Grupo da Anta: isolamento (linha 34), desagregação (linha 34), destruição (destruir – linhas 50, 81). A caracterização do objeto a ser refutado também se faz pela seleção lexical que encaminha à desvalorização do outro: são jacobinistas (jacobismo – linha 34), tapuias (linhas 4, 32, tapuia – linhas 18, 24, 26), sentimentais (sentimental – linhas 35, 44).

Destaca-se, ainda, a repetição que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), corresponde à figura de presença que tem por função manter presente na memória do interlocutor o que se quer fixar, a adesão que se busca. Constitui, assim, estratégia que, se bem utilizada, com domínio da língua e do discurso, pode incutir no leitor/interlocutor algo que se queira. É o caso do que se diz do tupi, enaltecendo-o, e do tapuia, depreciando-o reiteradas vezes. De fato, é de extrema importância o jogo argumentativo que se processa entre ser tupi e ser tapuia; nesse sentido, procedemos à investigação do significado desse elemento linguístico Nheengatu que aparece no discurso da Anta.

Acreditamos que os elementos linguísticos foram utilizados de maneira estratégica para indicar conhecimento da língua, da cultura e da história do povo Tupi, e, muito mais, serviram como argumento que trazia à lembrança o que era genuína e incontestavelmente nacional. Por meio desse recurso utilizado estrategicamente, fundamentava-se o discurso em termos da argumentação necessária à persuasão, criando-se um símbolo nacional incontestável a ser adotado. Podemos associar essa ocorrência a um dos argumentos de prestígio apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 48), “o qual utiliza atos e juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”.

A começar pelo título, *Nhengaçu* quer dizer “grande palavra”, ou “grande língua”, e, posteriormente, a formulação: “*ya so Pindorama koti, itamarana po anhatim, yara rama recé*” (linhas 7-8), que está em *Nheengatu*, língua que também é conhecida como *nhengatu*, *nhangatu*, *inhangatu* ou língua geral da Amazônia, ou ainda pelo nome latino “língua brasileira”, uma língua do tronco tupi, da família tupi-guarani. É a língua materna de parte da população cabocla do interior amazônico, além de manter o caráter de língua de comunicação entre índios e não índios ou entre índios de diferentes línguas. Foi criada a partir do vocabulário e da pronúncia tupinambás, que foram enquadrados em uma gramática modelada na gramática portuguesa. Para conceitos e objetos estranhos

à língua, emprestaram-se inúmeros vocábulos do português e espanhol. A essa mistura deu-se o nome *ie'engatu*, que significa “língua boa”. O nome teria sido introduzido na literatura por Couto de Magalhães em 1876¹. Essa língua é cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira.

Por sua vez, as palavras *tapuia*/*tapuias*, utilizadas no manifesto, têm os seguintes significados² que agregam valores negativos: “dos *tapuias* do litoral” (linha 4), “o *tapuia* é o próprio preconceito em fuga para o sertão” (linha 19), “o *tapuia* isolou-se na selva, para viver” (linha 25), “o *tapuia* é morto, o tupi é vivo” (linha 27), “todas as formas do jacobinismo na América são *tapuias*” (linhas 33).

Antes da chegada dos portugueses, *tapuia*, em tupi, significava *inimigo*, e a palavra geralmente se aplicava a outras comunidades tupis. No século XVIII, *tapuia* significa qualquer indígena de um grupo que não tenha se integrado nas comunidades portuguesas, nem adotado o modo de vida tupi-guarani. O típico *tapuia*, porém, é um indígena que fala uma das centenas de línguas não tupis usadas no Brasil, que na maioria pertencem às famílias Jê, Caribe ou Aruaque.

Outro termo é *tapir*, encontrado no excerto a seguir, que possui como glosa o animal anta: “a expulsão, feita pelo povo *tapir*” (linha 4). Aparecem, também, no manifesto os termos que remetem todos à teogonia de Tupã, como se observa em: “sente Tupã, Taniandaré ou Aricuta através mesmo do catolicismo” (linhas 39-40).

A construção da argumentação do manifesto transcorre no sentido de ressaltar a importância do povo tupi, de resgatar ou criar um passado glorioso para a raça, de contar sua história, enfim, de proclamar o povo tupi, para, posteriormente, afirmar que somos, os brasileiros, descendentes do “sangue tupi”, o que pode ser evidenciado nos excertos a seguir, em que *tapuias* são os inimigos e correspondem ao outro movimento:

Os tupis desceram para serem absorvidos. Para se diluírem no sangue da gente nova. Para viver subjetivamente e transformar numa prodigiosa força a bondade do brasileiro e o seu grande sentimento de humanidade (linhas 11-13). *O tupi socializou-se sem temor da morte; e ficou eternizado no sangue da nossa raça. O tapuia é morto, o tupi é vivo* (linhas 25-26).

O manifesto explica o porquê do nome do movimento ser Escola da Anta: “Seu totem não é carnívoro: Anta. É este um animal que abre caminhos, e aí parece estar indicada a predestinação da gente tupi” (linhas 14-15). A definição de nacionalismo para o grupo é apresentada pelos excertos que o caracterizam como extremamente positivo. O nacionalismo sadio, de grande finalidade histórica, de predestinação humana, esse é forçosamente tupi: “O nacionalismo tupi não é intelectual. É sentimental. É de ação prática, sem desvios da corrente histórica. Pode aceitar as formas de civilização, mas impõe a essência do sentimento, a fisionomia irradiadora da sua alma” (linhas 37-39).

Ainda pode ser observada em outros tantos segmentos, nos quais se destaca o valor do objeto, sua caracterização positiva, para ser aceita em detrimento do

1 Nheengatu, tupi vivo ou língua geral falada na região amazônica: “A língua viva actual é fallada hoje em alguns lugares da provincia do Pará, entre elles Santarem e Portel, no rio Capim, entre descendentes de indios ou entre as populações mestiças ou pretas, que pertenceram aos grandes estabelecimentos das ordens religiosas. De Manãos para cima ella é a língua preponderante, no rio Negro, e muito mais vulgar do que o portuguez”. Disponível em: <<http://www.etnolingua.org/biblio:magalhaes-1897-anchieta>>. Acesso em: 3 maio 2016.

2 Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.etnolingua.org/lingua:nheengatu>>. Acesso em: 3 maio 2016.

outro. A seleção lexical faz-se nesta direção: liberdade ampla (de pensamento, de fé), alforria, colaboração coletiva, igualdade de povos e raças:

O grupo “verdamarélo” tem como bandeira a liberdade plena que cada um tem de ser brasileiro como quiser e puder; a condição de cada um interpretar o seu país e o seu povo através de si mesmo, da própria determinação instintiva; – o grupo “verdamarélo”, à tirania das sistematizações ideológicas, responde com a sua alforria e a amplitude sem obstáculo de sua ação brasileira.

Nosso nacionalismo é de afirmação, de colaboração coletiva, de igualdade dos povos e das raças, de liberdade do pensamento, de crença na predestinação do Brasil na humanidade, de fé em nosso valor de construção nacional (linhas 148-161).

Explica-se também no que consiste a filosofia da Escola da Anta, que tem o índio como seu “símbolo nacional”:

O movimento da Anta baseava-se nesse princípio. Tomava-se o índio como símbolo nacional, justamente porque ele significa a ausência de preconceito. Entre todas as raças que formaram o Brasil, a autóctone foi a única que desapareceu objetivamente (linhas 59-62).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 137) destacam que o “estudo da argumentação nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção dos dados, mas igualmente o modo que eles são apresentados, o significado que escolheu atribuí-los”. Nesse sentido, a seleção referente a tupis e tapuias pode ser entendida como estratégica.

O recurso à concessão é utilizado e marca-se pelo operador “entretanto”. Este foi utilizado como operador que inicia um argumento que corrobora o ideário apresentado anteriormente. Há a explicitação de um elemento negativo (desaparecimento da população indígena) que se supera (é a raça que deve sobressair):

Entre todas as raças que formaram o Brasil, a autóctone foi a única que desapareceu objetivamente. Em uma população de 34 milhões não contamos meio milhão de selvagens.

Entretanto, é a única das raças que exerce subjetivamente sobre todas as outras a ação destruidora de traços caracterizantes; é a única que evita o florescimento de nacionalismos exóticos; é a raça transformadora das raças, e isso porque não declara guerra, porque não oferece a nenhuma das outras o elemento vitalizante da resistência (linhas 60-67).

Localiza-se, no segmento a seguir, a utilização do argumento de autoridade, pois indicam-se “os de Reclus” como fonte de credibilidade que se alia aos dados estatísticos (300 milhões), para embasar a asserção feita quanto aos traços definidores do país: “Somos um país de imigração e continuaremos a ser refúgio da humanidade por motivos geográficos e econômicos demasiadamente sabidos. Segundo os de Reclus, cabem no Brasil 300 milhões de habitantes” (linhas 91-93).

O recurso à citação constitui, pois, uma estratégia argumentativa bastante utilizada nesse manifesto e que funciona como argumento de autoridade. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 348), o argumento de autoridade constitui-se da utilização de “atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. Observa-se, por exemplo, referência a

um autor consagrado “Vasconcelos”, garantida pela perífrase “sociólogo mexicano” como ocorre neste excerto:

Na opinião bem fundamentada do sociólogo mexicano Vasconcelos, é de entre as bacias do Amazonas e do Prata que sairá a “quinta raça”, a “raça cósmica”, que realizará a concórdia universal, porque será filha das dores e das esperanças de toda a humanidade (linhas 93-97).

Após a ampla tentativa de criar um passado glorioso para a nação, de determinar quais deveriam ser os símbolos nacionais, pontuar o que deveria ser entendido como nacionalismo e como raça brasileira, o manifesto apresenta um curto excerto acerca do movimento literário em que está inserido. Apresentam o que combatem e o que querem que seja aceito:

Há uma retórica feita de palavras, como há uma retórica feita de ideias. No fundo, são ambas feitas de artificios e esterilidades. Combatemos, desde 1921, a velha retórica verbal, não aceitamos uma nova retórica submetida a três ou quatro regras, de pensar e de sentir. Queremos ser o que somos: brasileiros. Barbaramente, com arestas, sem auto-experiências científicas, sem psicanálises e nem teoremas. Convidamos a nossa geração a produzir sem discutir (linhas 132-147).

No manifesto do Grupo da Anta, há posição no eixo axiológico do que é bom e do que é mau. Elogia-se o que é bom – preceitos do Grupo da Anta – e refuta-se o que é mau – preceitos do Manifesto Pau-Brasil. Isso é estratégico, conforme observamos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e na pesquisa de Aquino (1997). Pode-se dizer que há um julgamento comparativo em que se joga com superioridade (de quem está com a palavra, o locutor) e inferioridade (que só cabe ao interlocutor direto, produtor do outro manifesto, a quem se está atacando). Busca-se a persuasão pela força da comparação e, ao comparar, contrapõe-se.

Localiza-se, assim, uma contraposição a partir da qual se busca revelar uma posição antagonica, para demarcar o que se entende por uma melhor posição. Pela dissociação, busca-se quebrar a unidade da concepção apresentada pelo outro locutor, a partir de uma posição divergente que se quer mais significativa, mais condizente com a realidade. Essa contraposição pode ser observada linguisticamente pelas marcas que se imprimem ao que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) consideram argumento *ad hominem*. Tais argumentos dizem respeito não simplesmente à verdade/falsidade daquilo que se crê, mas vão mais longe, pois apresentam um exame dos motivos pelos quais se crê.

A discussão feita pelo manifesto sobre o que entendemos que deveria ser o fulcro central de toda sua argumentação – o movimento literário do Modernismo – dá amplo espaço às questões acerca do nacionalismo e de identidade nacional. Esse direcionamento fundamenta nossas afirmações de que o Manifesto da Anta posiciona o grupo muito além do campo literário, apresentando uma forte preocupação política.

A INTERAÇÃO ENTRE OS MANIFESTOS

Os manifestos, conforme atestam nossas análises, assemelham-se no conteúdo temático, por ambos tratarem de tentar definir uma identidade nacional e utilizarem símbolos genuinamente nacionais, mas diferem imensamente com

relação ao estilo e à construção composicional. Cumpre ressaltar que o dialogismo presente nesses manifestos dá-se não só por meio do que os opõe, mas também por meio do que os aproxima. Essa aproximação marca-se pelas preocupações com a busca de uma arte propriamente nacional, livre de influências estrangeiras e com a definição do que é realmente brasileira – preocupações correntes em todo o Movimento Modernista, conforme destaca Cavalari (2011).

O período em que estão inscritos esses manifestos selecionados constituiu um espaço de grande efervescência cultural e de delimitação de nossa identidade como nação. A interação entre eles proporcionou a radicalização dos movimentos de ambos os lados, a “esquerda” de Oswald de Andrade e a “direita” dos movimentos da Ação Integralista Brasileira e do Bandeirismo que tiveram origem na Escola da Anta.

Assim, os desdobramentos dos manifestos perpassaram do campo estético da busca de uma literatura genuinamente nacional para o campo político de identidade nacional. Dessa forma, parece-nos que a raiz dos movimentos nacionais na modernidade está nos manifestos e que a necessidade de definir uma identidade brasileira e um nacionalismo, bem como a “interação” entre os manifestos que era pautada na oposição, foi fundamental para o surgimento dos ideários de grupos posteriores.

Acreditamos que as estratégias argumentativas selecionadas a partir da oposição entre os ideários de cada grupo encaminharam para que se observasse um discurso de contestação constituído de enunciados contundentes, marca característica dos manifestos.

ARGUMENTATION IN THE MANIFESTS: “NHENGAÇU VERDE-AMARELO” AND “POESIA PAU-BRASIL”

Abstract: The purpose of this paper is to deal with of nationalist manifests, conveyed by print media, in a subsequent period to the Modern Art Week 1922, in order to identify the argumentative strategies adopted by two currents of opposing protesters in organizing their speeches: “Nhengaçu Verde-Amarelo” and “Poesia Pau-Brasil”. It seeks to understand how these two groups marked their discussions of nationalism from different ideological perspectives. The positions of Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996) and Plantin (2008) are especially noted as a theoretical basis in terms of argumentation.

Keywords: Argumentation. Nationalist manifests. Dialogism.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de. *O Movimento Modernista*. Rio de Janeiro: Edições de Cultura da CEB, 1942. Conferência lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 30 de abril de 1942 e publicada no *Jornal do Commercio*.

ANDRADE, M. de *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. Edição comemorativa dos 80 anos da semana de Arte Moderna de 1922 (1922-2002).

- AQUINO, Z. G. O. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. 1997. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BOSI, A. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- CAVALARI, A. L. F. L. *Nhengaçu Verde-Amarelo e Poesia Pau-Brasil: estudo da argumentação nos manifestos nacionalistas da década de vinte*. 2011. Monografia (Graduação em Letras)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MELLO E SOUZA, G. *Os melhores poemas de Mário de Andrade – seleção e apresentação*. São Paulo: Edusp, 1998.
- NUNES, B. *No tempo do niilismo e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1993.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANTIN, C. *A argumentação. História, teorias, perspectivas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
- TELES, G. M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. rev. e aum. Petrópolis: Vozes, 1976.

Recebido em abril de 2015.
Aprovado em janeiro de 2016.